

Pesquisa em Educação Ambiental e políticas públicas: duas décadas de produção científica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental

Research in Environmental Education and public policies: two decades of scientific production at the Research in Environmental Education Meeting

Investigación en Educación Ambiental y políticas públicas: dos décadas de producción científica en el Encuentro de Investigación en Educación Ambiental

Renata Priscila da Silva¹
Manoel Sérgio de Oliveira Neto²
Carmen Roselaine de Oliveira Farias³

Resumo

A pesquisa analisou produções científicas sobre políticas públicas nos Anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) no período de 2001 a 2019. Este evento possui abrangência nacional e importância na formação do campo científico da educação ambiental brasileira. A pesquisa seguiu uma metodologia quali-quantitativa, conjugando análise estatística descritiva e análise textual para a formação de categorias emergentes. Foram identificados 100 trabalhos, que representam 12% da totalidade dos artigos publicados no EPEA ao longo de dez edições. A maioria vem da região Sudeste e de universidades públicas. A primeira autoria é predominantemente de mulheres, 70% dos trabalhos e destaca-se a forte presença de mestres e doutores, bem como de estudantes da pós-graduação. Sobre as temáticas dos trabalhos, foram formadas onze categorias, sendo mais expressivas "Políticas de educação ambiental e a educação básica" e "Programas, projetos e ações de educação ambiental".

Palavras-chaves: Campo científico. EPEA. Políticas públicas.

Abstract

The research analyzed scientific productions on public policies in the Annals of the Research in Environmental Education Meeting (EPEA) from 2001 to 2019. This event has a national scope and importance in the formation of the scientific field of Brazilian environmental education. The research followed a qualitative and quantitative methodology, combining descriptive statistical analysis and textual analysis to form emerging categories. 100 works were identified, representing 12% of all articles published in EPEA over ten editions. Most come from the Southeast region and from public universities. The first authorship is predominantly by women, 70% of the works and the strong presence of masters and doctors, as well as postgraduate students, stands out. On the themes of the works, eleven categories were formed, the most expressive being "Environmental education policies and basic education" and "Environmental education programs, projects and actions".

Keywords: Scientific field. EPEA. Public politics.

Resumen

¹ Doutora em Ensino das Ciências (PPGEC-UFRPE). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. ORCID: 0000-0002-9940-9046

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino das Ciências (PPGEC-UFRPE). ORCID: 0000-0002-3049-3913

³ Doutora em Educação (UFSCar). Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. ORCID: 0000-0001-8823-7771

La investigación analizó las producciones científicas sobre políticas públicas en los Anales del Encuentro de Investigación en Educación Ambiental (EPEA) de 2001 a 2019. Este evento tiene alcance nacional e importancia en la formación del campo científico de la educación ambiental brasileña. La investigación siguió una metodología cualitativa y cuantitativa, combinando análisis estadístico descriptivo y análisis textual para formar categorías emergentes. Se identificaron 100 trabajos, lo que representa el 12% de todos los artículos publicados en EPEA en diez ediciones. La mayoría proviene de la región Sudeste y de universidades públicas. La primera autoría es predominantemente femenina, el 70% de los trabajos y destaca la fuerte presencia de maestros y doctores, así como estudiantes de posgrado. Sobre las temáticas de los trabajos se conformaron once categorías, siendo las más expresivas “Políticas de educación ambiental y educación básica” y “Programas, proyectos y acciones de educación ambiental”.
Palabras Clave: Campo científico. EPEA. Políticas públicas.

Introdução

A partir da noção de campo social de Bourdieu (1989)⁴ e compartilhando a perspectiva de Carvalho (2004), partimos da perspectiva de que, no Brasil, nas últimas cinco décadas, vimos movimentos de um campo ambiental complexo e multissetorial que contribuiu com a inserção da temática ambiental em diferentes instituições públicas e privadas, formação de especialistas, consolidação de um circuito editorial e práticas socioculturais orientadas para a formação de subjetividades ecológicas.

O desenvolvimento do campo ambiental não se deu sem disputas acerca dos sentidos da questão ambiental e da sustentabilidade, bem como de sua importância para as sociedades contemporâneas. Contudo, as disputas próprias da dinâmica social do campo não impediram que se formassem, nas esferas públicas e privadas, políticas voltadas para temas ambientais. Investigações sobre estas políticas têm acontecido desde que se iniciaram os processos de institucionalização do ambiente em órgãos governamentais e outros setores sociais, pois, a partir daí é que surgem as orientações para práticas econômicas e sociais (Santana, 2014; Layrargues, 2012). No âmbito das políticas destacam-se as de educação ambiental (EA) pelo seu caráter transversal e por englobar dimensões ao mesmo tempo educativas e ambientais.

A formação de um campo ambiental encontra na educação uma das esferas necessárias por onde passa sua organização, demarcação e reconhecimento na sociedade. Isto se evidencia, notadamente, no âmbito universitário, principal responsável pela formação de especialistas; e no âmbito do ensino básico, voltado à formação de capacidades e sensibilidade ambientais inseridas de modo transversal às atividades educativas. A formação, a pesquisa e a produção de conhecimento na área educacional associada ao campo editorial constituem fortes componentes da produção e legitimação de um “conhecimento ambiental válido” (Carvalho, 2002).

Nessa linha de análise, a produção acadêmica e científica em EA pode ser compreendida como um dos fatores de legitimação de um conhecimento válido na área, bem como do reconhecimento de uma autoridade assentida a falar sobre e em nome da EA como campo investigativo. As pesquisas que abordam a produção científica do campo podem ajudar a compor um quadro que auxilia na elaboração de perfis da pesquisa e das pessoas que pesquisam, bem como na compreensão dos contornos científicos que têm sido desenvolvidos e variado ao longo do tempo.

Sob o signo de um campo científico, a EA tem sido marcada pela heteronomia,

⁴ A noção de campo, no sentido bourdiniano, evoca um sistema de relações objetivas, estruturado segundo a configuração das posições de seus agentes e instituições, assim como da distribuição do capital simbólico e das relações de poder. Quanto mais autônomo é um campo, mais delimitadas são suas fronteiras e menos atravessados por outros campos e racionalidades, ele se encontra. Ao contrário, quanto mais heterônomo, constitui-se mais aberto e atravessado por outras ordens (política, outros campos sociais, demandas sociais, etc.) (Bourdieu, 2004).

com baixo perfil de definição interna e sujeita a influências externas. Essa condição tem suscitado um esforço significativo, no qual nos incluímos, para traçar perfis e definir os contornos que limitam, de certo modo, o caráter científico dos trabalhos de EA (Kawasaki; Matos; Motokame, 2006, Loureiro, 2006, Novicki, 2003, Carvalho; Farias, 2011, Farias; Carvalho; Borges, 2017; Silveira; Lorenzetti, 2021, entre muitos outros).

Na tentativa de se fazer tais definições, nem sempre conseguimos afirmar o que é, de fato, a pesquisa em EA, mas tem sido frequente defini-la pelo que não se considera ser. O Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) foi um dos primeiros a não admitir, já no início dos anos 2000, relatos de pesquisa em uma época em que este tipo de trabalho era o mais comum entre as produções da área. No entanto, delimitar o território da EA “científica” significa, ao mesmo tempo, excluir de seu interior um contingente amplo de outras abordagens, o que sempre gera inúmeros debates em seu próprio interior.

Sublinhe-se que a produção científica em EA tem encontrado espaço de circulação em contextos e formatos diversificados: livros, revistas, periódicos, eventos (congressos, encontros, simpósios, seminários etc.). Neste trabalho, em particular, interessa-nos olhar para a produção científica publicada em um determinado evento, o Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). O EPEA é considerado relevante pelo fato de ter inaugurado um espaço acadêmico de debate para apresentação da produção em pesquisa sobre EA, como apontam diversos pesquisadores (Kawasaki; Matos; Motokane, 2006; Kawasaki Et Al, 2009; Carvalho; Schmidt, 2008; Carvalho; Farias, 2011). Diferentemente de outros eventos, o EPEA destina-se ao nível universitário, abrangendo a graduação e a pós-graduação stricto e lato sensu (Carvalho; Schmidt, 2008; Carvalho; Farias, 2011).

Embora existam muitos eventos voltados para a temática no país, consideramos o EPEA um evento representativo da pesquisa em nível nacional e atualmente com mais de duas décadas de produção consecutiva. O Encontro sempre contou com comissão científica e reconhecimento da comunidade de especialistas, enquanto espaço destacado na legitimação da produção científica na área.

De acordo com Bastidas (2018), a participação em eventos é, em geral, um requisito básico para socialização da ciência e formação para a investigação científica, pois se trata de um momento de compartilhamento, reconhecimento e validação dos dados, métodos e reflexões e isso pode contribuir para mudanças de paradigmas dentro do campo. Spiess e Mattedi (2020) argumentam que os eventos são as formas de comunicação científica mais utilizadas, sendo marcados pela oralidade na troca de informações e facilidade no contato direto entre pesquisadores. Carvalho e Farias (2011) destacam que, em geral, trabalhos apresentados em eventos científicos resultam de pesquisas em andamento e tendem a ser posteriormente reorganizados para serem apresentados em outros tipos de produção científica, como monografias, dissertações, teses e artigos de periódicos. Esse tipo de circuito de produção científica tem, portanto, o potencial de oferecer uma imagem panorâmica das tendências do campo, quando ainda estão em formação.

A literatura que aborda análises da produção científica do EPEA tem demonstrado grande diversidade temática dos trabalhos apresentados ao longo do tempo (Rink; Megid-Neto, 2009; Carvalho; Schmidt, 2008). Aqui decidimos abordar os trabalhos de EA que têm foco em políticas públicas, valorizando esta temática no contexto atual e a necessidade de seu fortalecimento e consolidação diante das investidas anti-ecologistas⁵.

⁵ Acompanhamos Layrargues (2017) em sua reflexão sobre o anti-ecologismo como um fenômeno social: “O resultado da ação anti-ecologista se evidencia com o recuo da fronteira da sustentabilidade, particularmente no que diz respeito às institucionalidades ambientais

Nesta direção, elaboramos, no presente trabalho, a seguinte indagação de pesquisa: quais foram os perfis e ênfases temáticas das pesquisas sobre políticas públicas apresentadas em duas décadas do EPEA? O objetivo, portanto, foi analisar, nas dez edições deste evento, os trabalhos relacionados à temática das políticas públicas e educação ambiental, a fim de apresentar um panorama amplo dos debates e questões que estão emergindo nesta interface.

Encontro Pesquisa em Educação Ambiental

O EPEA surgiu a partir de uma série de reuniões conjuntas, desde 2000, do Grupo de Pesquisa “A Temática Ambiental e o Processo Educativo” do Programa de Pós-graduação em Educação - IB - UNESP/Rio Claro, associado ao Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental - GEPEA, vinculado aos Programas de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais e ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar e o Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e de Educação Ambiental do Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador - LAIFE, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP/Ribeirão Preto, que assumiram conjuntamente a tarefa de organizar, em 2001, o I Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). Desde então, o EPEA tem acontecido de forma bienal⁶, e em todas edições o evento manteve como objetivo identificar e analisar as tendências e perspectivas da produção científica sobre Educação Ambiental (EA), aceitando apenas trabalhos de pesquisa de cunho empírico e/ou teórico e com resultados parciais ou finais.

Cabe destacar que, a partir da terceira edição, em 2005, o evento passou a apresentar Grupos de Discussão de Pesquisa (GDP) que são eixos temáticos para discussão dos trabalhos. Um desses GDP é o de Pesquisa em Educação Ambiental e Políticas Públicas, formado a partir de 2009. Integrantes desse GDP têm produzido sistematicamente pesquisas, elaborado agendas de investigação e criado memórias importantes da evolução das discussões do grupo (Ferraro Júnior, 2012; Santana, 2014; Santana; Lamosa, 2016; Kaplan; Lamosa, 2018; D’avila; Kaplan; Lamosa, 2020)

O Quadro 1 apresenta as edições, temas, locais onde foram realizados e a quantidade de trabalhos publicados nos anais das edições do EPEA.

Quadro 1: Edições dos EPEA de 2001 a 2019.

ANO	EDIÇÕES	TEMAS	LOCAL	QUANT. ⁷
2001	I	Tendências e Perspectivas	Campus da UNESP/ Rio Claro - SP	79
2003	II	Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas	UFSCAR-SP	72
2005	III	Práticas de pesquisa em educação ambiental	Campus da USP/Ribeirão Preto - SP	73

públicas, ou seja, os instrumentos de política, de direito e de gestão aplicados ao controle da degradação ambiental e à orientação para a sustentabilidade, que regulam o acesso e uso aos recursos naturais de forma a manter preservados os processos ecológicos vitais, assegurando assim o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como rege o princípio da lei magna” (Layrargues, 2017, p. 3).

⁶ A exceção foi a 11^a edição, prevista para ocorrer em 2021 e adiada para 2023 devido à pandemia da Covid-19.

⁷ Para análise foi tomado por base apenas o número de trabalhos publicados nos anais das edições do EPEA. Trabalhos que foram apresentados, mas não publicados nos anais, não foram considerados para esta análise.

2007	IV	O debate modernidade e pós-modernidade	Campus da UNESP/ Rio Claro – SP	87
2009	V	O campo da Pesquisa em Educação Ambiental	Campus da UFSCAR/ São Carlos – SP	90
2011	VI	A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós – Graduação no Brasil	Campus da USP/Ribeirão Preto – SP	88
2013	VII	Problematizando a Temática Ambiental na Sociedade Contemporânea	Campus da UNESP/ Rio Claro – SP	90
2015	VIII	Avaliação da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e perspectivas futuras	UNIRIO e Campus da UFRJ/ Praia Vermelha –RJ	108
2017	IX	Democracia, políticas públicas e práticas educativas	Campus da UFJF – Juiz de Fora – MG	117
2019	X	Perspectivas da Educação Ambiental no cenário brasileiro atual	Campus da UFS – São Cristóvão	94
Total				819

Fonte: Site EPEA (2022).

Nos Anais das dez edições do evento foram encontrados 819 trabalhos. Ainda observando a tabela, é possível destacar alguns aspectos importantes: o primeiro é o fato de as oito primeiras edições terem sido realizadas no estado de São Paulo, núcleo idealizador do evento. A partir de 2015, o evento foi realizado no Rio de Janeiro e, na nona edição em 2017, foi realizado em Minas Gerais. Tal movimentação nos locais de realização, ainda que relevante, manteve a concentração no eixo Sudeste.

Só em 2019 tivemos a primeira edição do evento fora desse eixo, acontecendo na região Nordeste, especificamente em Sergipe. Isso é importante, pois amplia o acesso de participantes de outras regiões brasileiras ao evento e aumenta sua abrangência, à medida em que grupos de pesquisa e universidades de diferentes estados e regiões passam a organizar e sediar o evento.

A movimentação geográfica do EPEA contribui para retroalimentar um ciclo virtuoso com potencial de aumentar a capilarização da educação ambiental nas instituições de ensino superior e, por consequência, nas pesquisas da área. A partir do momento em que pesquisadores da educação ambiental, atuantes em programas de pós-graduação e coordenadores de grupos de pesquisa, com suas respectivas agendas de pesquisa, sediam eventos nacionais consolidados na área, como o EPEA, também promovem efeitos multiplicadores na própria instituição que recebe o evento, bem como em outras situadas na região.

Antecedentes da pesquisa e percurso metodológico

Acompanhamos análises da produção científica do EPEA desde o início dos anos 2000. O trabalho iniciou com estudos documentais mais abrangentes sobre o campo da pesquisa em EA coordenados pela professora Isabel Cristina de Moura Carvalho durante sua permanência como docente da Universidade Luterana do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. De 2010 a 2022, a pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Sustentabilidade (GEPES) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) por meio de dois projetos de pesquisa. O primeiro foi “A produção científica em educação ambiental:

interpretações de um campo em formação" e o segundo "A pesquisa em educação ambiental no Brasil: balanço de duas décadas de produção científica em eventos nacionais".

No âmbito desses projetos foi mantido um banco de dados dos trabalhos publicados em três eventos, a saber: o EPEA, as Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT 22 da ANPEd) e os Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).

Partindo destes antecedentes, foi produzido o presente trabalho, que assumiu o desenho de uma pesquisa documental com abordagem quali-quantitativa e cujo corpus de análise foi constituído a partir dos trabalhos completos disponíveis nos anais de todas as edições do EPEA com temática referente a políticas públicas.

Para a seleção dos trabalhos, adotamos alguns critérios. O primeiro foi observar os títulos da totalidade dos trabalhos em busca daqueles que explicitamente indicassem no título a palavra "política" e também aqueles que fizessem alusão a políticas específicas, tais como resíduos sólidos, águas, unidades de conservação, licenciamento, turismo, política nacional de educação ambiental, base nacional comum curricular, parâmetros curriculares nacionais, diretrizes curriculares nacionais, dentre outros. Também foram incluídos trabalhos que continham outros termos no campo semântico das políticas, tais como gestão, legislação, leis, resoluções e outros.

Optamos por fazer uma leitura de todos os títulos do banco de dados do projeto, fazendo a seleção dos que atendiam aos critérios. Observamos também que muitos trabalhos sobre políticas foram apresentados em outros eixos.

Quadro 2: Descritores da pesquisa com seus respectivos significados e fontes.

Descritor	Descrição	Fonte/adaptação
Evento	Identificação do evento; ANPEd, ANPPAS e EPEA.	Carvalho; Farias (2011)
Ano	Identificação do ano em que o trabalho foi apresentado, a fim de embasar análise da produção acadêmica ao longo do tempo.	Carvalho; Farias (2011) Megid Neto (1999)
Edição	Informa a que edição da série de eventos corresponde determinado trabalho.	Carvalho; Farias (2011)
Autor	Nome do primeiro autor do trabalho.	Carvalho e Farias (2011) Megid-Neto (1999)
Sexo	Sexo do primeiro autor (masculino/feminino/outros), para compor o perfil dos pesquisadores e analisar as relações de gênero presentes na área.	Carvalho; Farias (2011)
Grau acadêmico / titulação	Formação acadêmica do primeiro autor, para apoiar a análise do perfil de formação dos pesquisadores da área. Esse é um critério frequentemente inconsistente no Banco de Dados, visto que muitos trabalhos não apresentam a titulação de seus referidos autores, sendo necessário acesso aos currículos na Plataforma Lattes do CNPq.	Carvalho; Farias (2011) Megid Neto (1999)
Natureza da instituição	Identificação da natureza jurídica da instituição de origem (pública, privada, mista, não governamental) do primeiro autor, para a análise da base institucional que sustenta a pesquisa na área.	Carvalho; Farias (2011) Megid Neto (1999)
Nome da instituição	Identificação das instituições responsáveis pela pesquisa. A inclusão desse critério favorece a busca de	Carvalho; Farias (2011)

e sigla	trabalhos por instituição, bem como permite uma análise da produtividade de cada instituição na área.	
Região geográfica	Identificação das regiões em que estão situadas as instituições dos autores, tornando possível a análise do equilíbrio regional.	Carvalho; Farias (2011)
Síntese	Descrição sucinta e objetiva da temática e do objeto principal da pesquisa, de modo a caracterizar o conteúdo central do trabalho.	Carvalho; Farias (2011)

Fonte: Costa (2019).

A análise apoiou-se em dois procedimentos básicos: análise estatística descritiva; e análise interpretativa dos dados. Para compor a descrição estatística, utilizamos descritores de análise constituídos previamente, conforme Costa (2019).

Quanto à análise temática, os trabalhos foram categorizados de forma indutiva a partir da leitura dos resumos e palavras-chave e, quando necessário, dos textos completos. A partir da interpretação textual, foram elaboradas categorias emergentes.

É importante sublinhar que as categorias temáticas utilizadas neste trabalho decorrem do percurso de uma década de pesquisa e do esforço de análise realizado em momentos anteriores (Carvalho; Schmidt, 2006, Carvalho; Farias 2011, Farias; Carvalho; Borges, 2017) e por isso não são perenes, mas, pelo contrário, têm sido reformuladas ao longo dos anos de forma a atender aos novos significados que surgem no campo. Destaca-se que, entre as categorias do banco de dados, não havia uma com foco abrangente em políticas públicas, mas esta temática geralmente compunha outras categorias. Apenas em 2010 foi criada a categoria Políticas Públicas de EA⁸.

O que os achados nos permitem ver

Sobre a quantidade de trabalhos que versam sobre políticas públicas, vimos que eles representam cerca de 12% da quantidade total de trabalhos publicados nos anais do evento, em todas as edições. Esta temática ainda representa uma fatia relativamente pequena do conjunto de temas que têm ocupado os pesquisadores da área e parece requerer maiores investimentos no sentido de subsidiar posicionamentos e ações no campo.

No quadro 3, é possível observar o percentual de trabalhos identificados nesta categoria em cada ano. Cabe destacar que na III edição, em 2005, não foram publicados trabalhos com esta temática.

Quadro 3: Quantidade de trabalhos sobre políticas públicas nos anais do EPEA (2001–2019).

ANO	EDIÇÕES	QUANT. TOTAL ⁹	CATEG. POLÍTICAS DE EA	%
2001	I	79	4	5%
2003	II	72	3	4%
2005	III	73	-	-
2007	IV	87	14	16%
2009	V	90	6	6%
2011	VI	88	11	12%

⁸ O conjunto das categorias com suas descrições podem ser encontradas em Carvalho e Farias (2011).

⁹ Para análise, foi tomado por base apenas o número de trabalhos publicados nos anais das edições do EPEA. Trabalhos que foram apresentados, mas não publicados nos anais, não foram considerados para esta análise.

2013	VII	90	14	15%
2015	VIII	108	19	17%
2017	IX	117	22	18%
2019	X	94	7	7%
Total		819	100	12%

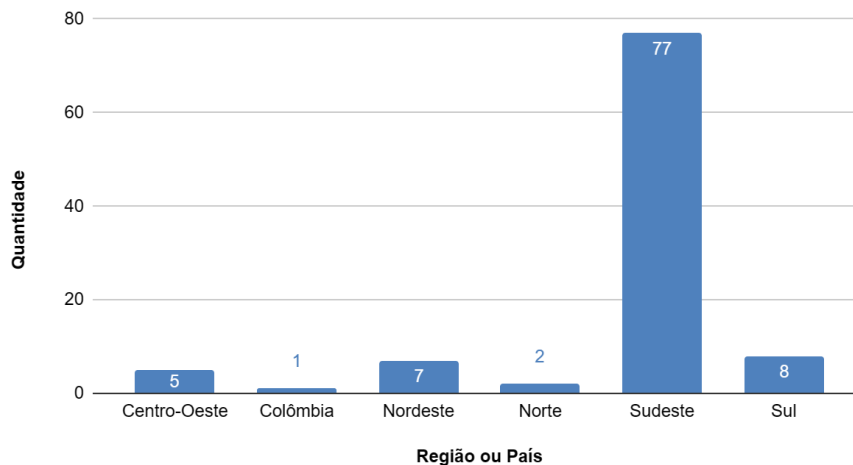
Fonte: Autores (2023).

As edições VIII e IX do EPEA foram as mais expressivas em termos de publicações com esta temática, sendo localizados 22 trabalhos em 2017 e 19 trabalhos em 2015. Com relação ao ano 2017, o quantitativo de publicações pode ter sido induzido pela temática geral do evento - Políticas públicas, democracia e práticas educativas. A edição de 2015 também demonstrou afinidade com as políticas públicas ao propor como tema geral A avaliação da Década para o Desenvolvimento Sustentável e perspectivas futuras.

Sobre a distribuição de trabalhos em termos territoriais, foi observado que a maioria dos trabalhos são brasileiros, apenas um trabalho é estrangeiro, oriundo da Colômbia. Na distribuição por regiões brasileiras, mais de 75% dos trabalhos são da região Sudeste. Carvalho e Farias (2011) e Farias, Carvalho e Borges (2017) observaram em seus levantamentos um quadro semelhante e argumentam que provavelmente isso se deve à formação do campo ambiental na região Sudeste e às diversas edições do evento que ocorreram ali.

As regiões Sul (8) e Nordeste (7) praticamente se equiparam em quantidade de trabalhos, seguidas da região Centro-Oeste (5). A região Norte apresentou apenas dois trabalhos publicados. A mudança no quadro de distribuição regional poderá ser observada nos próximos anos, conforme o evento for realizado em outras regiões brasileiras. No Gráfico 1, apresentamos essa distribuição territorial dos trabalhos.

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhos no território.



Fonte: Autores (2023).

Quanto ao perfil institucional, as instituições dos autores e autoras foram classificadas em Instituições do Ensino Superior (IES) (93); Instituições públicas (secretarias, institutos de pesquisa e escolas da educação básica) (4); empresas privadas (consultorias) (2); e uma organização não governamental (ONG).

Entre os trabalhos das IES observa-se que as instituições públicas apresentam predominância nas publicações, são 25 das 29 instituições identificadas. São 15 universidades federais (UFRJ, UNIRIO, UFS, UFSCar, UFG, UFMS, UFLA, UFMG, UFPR, UFRJ, UFMT, UNIFEI, UNIR, UNB e UFT); três Institutos federais (IFES, IFPE e IFSC); 6 universidades estaduais (UNESP, USP, UNICAMP, UERJ, UESB e UNIOESTE); 5

instituições não públicas (PUC MINAS, UNIMEP, UTP, SENAC SP e UNC). Esse panorama aponta para a pujança das pesquisas nas instituições públicas. Entre elas destacam-se as universidades UFRJ (21), UNESP (15) e USP (7) com maior quantitativo de produções. No Quadro 4, apresentamos a distribuição dos trabalhos por IES.

Quadro 4: Distribuição dos Trabalhos por IES.

IES	Quantidade de trabalhos
UFRJ	21
UNESP	15
USP	7
UFS e UNIRIO	5
UFSCar	4
UERJ e UFMS	3
UFG, UFLA, UFMG, UFPR, UFRRJ, UNIFEI	2
IFES, IFPE, IFSC, PUC MINAS, SENAC SP, UESB, UFMT, UFTM, UNB, UNC, UNICAMP, UNIMEP, UNIOESTE, UNIR, UTP	1

Fonte: Autores (2023).

Ao observarmos a questão de gênero, vimos a distribuição entre homens e mulheres¹⁰ na primeira autoria. É possível perceber a presença majoritária de mulheres como primeiras autoras, são 70 mulheres e 30 homens. A presença das mulheres nos trabalhos de EA foi também observada por Farias, Carvalho e Borges (2017). Cabe destacar que embora a participação das mulheres nas pesquisas sobre políticas de EA seja expressiva, elas ainda têm pouco espaço nas tomadas de decisões acerca das políticas ambientais (Rosa et al., 2016). É preciso fortalecer a participação das mulheres nos contextos de produção das políticas ambientais e equacionar a desigualdade de gênero presente há tanto tempo na sociedade brasileira.

No mesmo sentido, o EPEA poderá ainda contribuir com posicionamentos políticos quanto à diversidade étnico-racial e de gênero na pesquisa em EA à medida em que constitua ferramentas para que se possa aprofundar o conhecimento dos perfis das pessoas que pesquisam na área. Além das informações acadêmicas, é desejável que se conheça com mais detalhes as origens e perfis das pessoas autoras.

Quanto ao contexto acadêmico, no âmbito das produções sobre políticas públicas, observa-se que boa parte das primeiras autorias são de pessoas com doutorado, seguido do mestrado. Cabe destacar também a presença de estudantes da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Para essa identificação é importante ressaltar que observamos a titulação ou nível de ensino da primeira autoria, no ano do evento do trabalho, buscando, assim, retratar o panorama de cada evento. Os números aqui encontrados seguem a tendência geral de predominância

¹⁰ A forma como as informações de gênero estão dispostas nas fontes de busca da CAPES ainda não possibilita identificar outros gêneros além do binômio homens e mulheres. Por isso utilizamos o termo sexo.

dos maiores graus de escolaridade entre quem faz pesquisa em EA. O Quadro 5 apresenta os dados encontrados.

Quadro 5: Titulação e sexo das primeiras autorias.

Titulação	Mulheres	Homens	Total
Graduação	1	2	3
Graduação em andamento	1	0	1
Especialização	3	1	4
Mestrado em andamento ¹¹	12	3	15
Mestrado	19	8	27
Doutorado em andamento	10	4	14
Doutorado	23	13	36

Fonte: Autores (2023).

Com relação às temáticas dos trabalhos, foram criadas, posteriormente à leitura e interpretação dos trabalhos, dez categorias. Nomeações, descrições e quantidades estão no Quadro 6.

Quadro 6: Nomeação e descrição das categorias temáticas dos trabalhos sobre políticas públicas.

Categorias	Descrição	Quant.
Políticas de EA e a educação básica	Engloba pesquisas sobre a inserção da EA em políticas e práticas da educação básica, investigando dispositivos como a Política Nacional de Educação Ambiental, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, as Agendas 21 nas escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular, entre outros.	31
Programas, projetos e ações ambientais	Pesquisas que analisam programas, projetos e ações ligados a políticas de educação ambiental no âmbito público, privado ou do terceiro setor.	21
Produção de políticas ambientais	Pesquisas que analisam os processos de produção de políticas públicas ambientais em âmbito municipal, estadual ou federal, com foco nos embates havidos para suas definições políticas.	15

¹¹ Nem todos os trabalhos publicados fazem menção à titulação da autoria, por isso foi feita também uma busca na Plataforma Lattes para identificar a titulação de pessoas autoras na época em que o trabalho foi publicado no EPEA.

Percepções de conceitos-chave para elaboração de políticas	Pesquisas que abordam conceitos considerados centrais para subsidiar a elaboração social de políticas públicas. Geralmente o foco desses trabalhos está no desenvolvimento conceitual e teórico.	12
Políticas ambientais específicas	Incluem pesquisas relacionadas a políticas ambientais, destacando suas especificidades de abrangência e contexto, como a legislação florestal, por exemplo.	9
Políticas de EA e o ensino superior	Pesquisas sobre a inserção das políticas da educação ambiental no ensino superior, assim como investigações de ações desenvolvidas a partir da inserção da EA nesses contextos.	5
Concepções sobre políticas ambientais	Pesquisas que analisam concepções, percepções e significados de grupos sociais referentes a políticas ambientais e de EA.	5
Política partidária	Englobam abordagens sobre propostas de partidos políticos.	1
Políticas ambientais em contextos comunitários	Pesquisas que discutem políticas para desenvolvimento da EA em contextos comunitários.	1

Fonte: Autores (2023).

A quantidade de trabalhos apresenta variações significativas quando relacionada à categoria. Os grupos que apresentam um menor quantitativo são: política partidária e políticas ambientais em contextos comunitários. A categoria “política partidária” apresenta um único trabalho que versa sobre propostas ambientais de partidos políticos para a cidade de São Paulo, no ano 2000 (Almeida, 2001). Na categoria “políticas ambientais em contextos comunitários”, foi encontrada uma produção que aborda o envolvimento comunitário para a construção de uma Agenda 21 local (Carmo; Cavalcante; Ferraro Júnior, 2003). Chama atenção a escassez de trabalhos com pautas tão importantes para a vida política democrática e a sustentabilidade socioambiental.

As categorias que apresentaram maior expressividade foram: “Políticas de EA e a educação básica” (31) e “Programas, projetos e ações ambientais” (21). Juntas somam mais de 50% dos trabalhos.

Na categoria Políticas de EA e a educação básica, é possível observar pesquisas que investigam contextos particulares da inserção de temáticas ambientais e sua relação com as vias normativas. Reúne estudos de caso de escolas e redes estaduais e municipais e uma diversidade de normas específicas de municípios e estados, bem como as orientações gerais no âmbito federativo. Assuntos como escolas sustentáveis, orientações curriculares e agenda 21 e suas repercussões no chão da escola são recorrentes. Destacamos nessa categoria o trabalho de Orsi e Bonotto (2009), que examinam os discursos de formação de cidadania, a produção da Agenda 21 presentes nos documentos federal, estadual e as propostas desenvolvidas em escolas. Os documentos analisados foram o Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola (federal) e Água Hoje e Sempre: Consumo Sustentável (estadual).

Nepomuceno, Cardoso e Araújo (2015) discutem, à luz da teorização curricular, a política sergipana de educação ambiental e seus desdobramentos para o pensar e fazer educativo da EA Crítica. O trabalho de Kaplan (2017), investigou a política federal de escolas sustentáveis e sua relação com uma escola estadual do Rio de Janeiro, considerada a primeira escola sustentável da América Latina. E o trabalho de Pereira e Santos (2019), que analisou a temática ambiental na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental.

No estudo que analisou a primeira década do EPEA e de outros eventos (Farias; Carvalho; Borges, 2017), foi apontada a centralidade do debate sobre ensino formal nas produções científicas analisadas. Quando se aborda de maneira direta a produção sobre políticas públicas, podemos dizer que nossos resultados de duas décadas continuam corroborando a análise anterior. Somando a educação básica e superior, temos a fatia majoritária de 36% do total dos trabalhos analisados. Uma possível interpretação a partir de Bourdieu indica que esta pode ser uma estratégia de quem faz pesquisa em EA. Ao manter o foco sobre um problema considerado importante no campo da Educação, agrega-se valor à pesquisa e obtém-se um reconhecimento mais significativo dos pares.

De fato, para atuar no campo da educação e conquistar aí lucro simbólico, é preciso fazer investimentos em temáticas que envolvam a escola, o currículo, a formação de professores e a educação formal de modo geral, visto que esses constituem objetos de maior valorização na produção de saberes do campo (Farias; Carvalho; Borges, 2017).

A categoria “Programas, projetos e ações ambientais” apresenta pesquisas que trazem discussões acerca da EA no âmbito público e privado, especialmente em empresas, ONG e governo. Trazem pesquisas empíricas da EA em programas de licenciamento e do agronegócio e em projetos como o de hortas, por exemplo. Também investem abordagens teóricas a partir de análises discursivas de programas públicos, tais como Vamos cuidar do Brasil, Escolas sustentáveis, Salas verdes e Comitês de Qualidade de Vida são alguns dos temas dentro dessa categoria. Vale destacar que, embora esses programas tenham direcionamento à educação básica, os trabalhos foram mantidos nesta categoria por não tematizarem diretamente as questões desse nível de ensino, como fazem os trabalhos incluídos na categoria Políticas de EA e a educação básica.

Exemplificamos essa categoria com o trabalho de Ribeiro e Sanchez (2007), que buscou descrever e avaliar o programa de educação ambiental não formal Senac Alerta - Por uma Cidade Mais Limpa, a partir da análise da cartilha produzida no âmbito do programa e também da percepção ambiental de funcionários, professores e alunos do Senac. Outro trabalho é o de Vasconcellos (2013), a autora investiga o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati (PIPP), programa condicionante de licença ambiental para atividades petrolíferas. Na pesquisa, a autora busca compreender como pescadores e marisqueiras do Recôncavo Baiano se apropriam do programa.

O trabalho de Lopes e Carvalho (2019) avaliou a implantação e implementação do Projeto Salas Verdes em São Paulo e procurou formar uma cartografia a partir da análise dos projetos políticos pedagógicos das salas. De modo geral, observamos que, nos trabalhos que compõem essa categoria, há interesse em investigar a implementação desses projetos, programas e ações em contextos regionais e locais. Boa parte dos trabalhos aponta, explicitamente, o estudo de caso como opção metodológica e, quando não fazem pesquisas documentais, buscam investigar percepções de pessoas e grupos sociais diretamente afetados por esses programas.

Na categoria “Produção de políticas ambientais” foram situados trabalhos que abordavam a elaboração de políticas de educação ambiental. O trabalho de Gomes e Bordest (2007), por exemplo, investigou os contextos de produção das políticas de educação ambiental no estado de Mato Grosso, trazendo à tona atores, programas e ações que contribuíram para o cenário da educação ambiental na época. Já o trabalho de Silva e Santana (2015), buscou, a partir de uma análise bibliográfica de teses e dissertações, mapear e analisar textos científicos que abordavam o contexto da produção de políticas de educação ambiental no Brasil. Destaca-se também o trabalho de Cassiano, Echeverria e Mesquita (2017), que analisou diretrizes políticas internacionais da educação ambiental nos períodos de 1940-1971 e 1972-1980. Em suma, os trabalhos presentes nessa categoria buscam construir panoramas históricos e compreender a produção e os possíveis efeitos das políticas.

A categoria “Percepções de conceitos-chave para elaboração de políticas” envolve trabalhos de densidade teórica, em geral, dedicados a analisar criticamente conceitos, por vezes, polissêmicos e alvos de disputas pelos sentidos da EA. Assim, apresentamos o trabalho de Serrão e Loureiro (2011), que analisou projetos políticos pedagógicos de programas de educação ambiental de empresas que utilizam do discurso da responsabilidade social em suas propostas. A análise seguiu um viés crítico que procurou desvelar a noção de consenso, por vezes, presente nos apelos sociais dessas empresas.

O trabalho de Nascimento, Vasconcellos e Compianni (2013) buscou refletir sobre os “discursos heroicos”, de críticas ao modo de produção capitalista, apresentados em debates da Rio+20, além de discutir sobre os seus efeitos práticos na proposição de agendas, ações e programas.

Molano e Barzano (2015), apresentaram em seu trabalho uma série de conceitos fundamentados em uma perspectiva multicultural e contra-hegemônica acerca da política de educação ambiental em contextos escolares de Bogotá. Nos trabalhos dessa categoria é possível observar as tensões e conflitos que envolvem conceitos que orbitam em torno da questão ambiental.

Na categoria “Políticas ambientais específicas” foram agrupados os trabalhos que propõem reflexões sobre políticas ambientais relacionadas com a gestão, seja a de territórios, como unidades de conservação, seja a formação de conselhos gestores ambientais, ou a gestão de resíduos ou de vegetação. No trabalho de Morimoto (2001), a autora propôs um trabalho de pesquisa com intervenção em propriedades rurais na região de Piracicaba, discutindo a legislação ambiental e a proteção e plantio de árvores nesses locais.

Outro exemplo é o trabalho de Lima et al. (2011) que examinou o Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, e buscou analisar, criticamente, concepções e formas de condução dos processos participativos presentes nesta assembleia.

Por sua vez, Santos e Azevedo (2019), realizaram uma análise bibliográfica junto aos sites dos parques nacionais brasileiros para identificar práticas de educação ambiental tendo em vista as orientações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Assim procuraram destacar aproximações e distanciamentos entre a lei e as ações desenvolvidas nessas unidades. Em suma, nesta categoria, observa-se que os trabalhos se ocupam de explorar as repercussões das políticas ambientais em contextos práticos. Assim, a investigação dos documentos e práticas é uma constante nos trabalhos.

A categoria “Políticas de EA e o ensino superior” reuniu pesquisas que investigaram processos de ambientalização das universidades a partir dos diferentes pilares das instituições de ensino superior: gestão, currículo, pesquisa e extensão. O trabalho de Quinelato e Lindino (2015), realizou uma análise documental do projeto político-pedagógico institucional (PPI) de uma universidade tecnológica federal e seus conceitos acerca dos temas: democracia, participação mútua, cooperação, gestão participativa, problemas socioambientais e sustentabilidade. Bacci, Silva e Sorrentino (2015) investigaram processos de ambientalização e tendências de EA no ensino superior, a partir de um olhar para disciplinas curriculares.

Sob a perspectiva da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Santos, Azevedo e Riondes-Costa (2017) analisaram projetos de extensão e pesquisa em duas universidades do sul de Minas Gerais, examinando aproximações e distanciamentos das propostas em relação ao que a PNEA orienta.

A última categoria que apresentamos é a de “Concepções sobre políticas ambientais”. Nela foram agrupados trabalhos que pesquisam concepções, percepções e significados de diferentes grupos sociais. Entre as concepções e grupos estudados citamos, por exemplo, as concepções da PNEA na perspectiva de educadores (Andrade, 2003), os sentidos da sustentabilidade para gestores e educadores da diretoria de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente durante a primeira gestão do presidente Lula (Tamaio, 2007) e as concepções de EA de professores

participantes do programa de Agronegócio da Escola (Talamoni; Mendes, 2015). Nesta categoria é possível observar pesquisas de cunho exploratório que analisam influências de contextos na produção dos sentidos que as pessoas atribuem ao campo da EA.

Considerações finais

O panorama geral que fazemos dos perfis dos trabalhos e ênfases temáticas sobre políticas públicas no EPEA mostra que essa temática constitui uma fatia relativamente pequena do conjunto de temas que têm ocupado os pesquisadores (cerca de 12%), contudo, ela é diversa em sua composição e justifica sua análise em detalhe. Destacamos que as pesquisas sobre políticas públicas têm se debruçado debruçado tanto em contextos locais e regionais quanto nacionais, fazendo pouca referência a contextos de influência internacional.

Quanto aos perfis das pessoas autoras, cremos que eventos como o EPEA podem contribuir com a coleta de informações declaratórias e voluntárias mais precisas, que venham ajudar na leitura que fazemos deste campo de pesquisa em consolidação.

Como principal contribuição desses estudos sobre políticas destacamos as análises do tipo estudo de casos de processos de ambientalização em escolas, comunidades, municípios e estados. Têm também investigado os discursos presentes nas políticas, buscando analisar suas origens e efeitos, principalmente no tocante a perspectivas advindas do capitalismo e de lógicas da economia verde.

No geral, os resultados permitem-nos uma relativa compreensão histórica da EA brasileira a partir da sua vinculação com o campo social e político mais abrangente. Essa perspectiva, assim como outras, requerem que sejam ampliados e intensificados investimentos de pesquisa no nosso e em outros grupos de pesquisa.

Referências

ALMEIDA, E. S. As propostas ambientais dos partidos políticos para a cidade de São Paulo - eleições municipais 2000. In: Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr64.pdf. Acesso em 02 out. 2022.

ANDRADE, D. F. Alguns aspectos da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental do ponto de vista de educadores. In: Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/5.pdf. Acesso em 02 out. 2022.

BACCI, D. L. C.; SILVA, R. L. F. S.; SORRENTINO, M. Educação ambiental e universidade: diagnóstico disciplinar para construção de uma política ambiental. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/175.pdf. Acesso em 02 out. 2022.

BASTIDAS, C. B. Formación para la investigación desde eventos académicos y la producción científica de docentes universitarios. **Revista Lasallista de Investigación**. v. 15, n. 2. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e

Sociedade, 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP. 2004.

CARMO, E. M.; CAVALCANTE, L. O. H.; FERRARO JÚNIOR, L. A. Agenda 21 no assentamento Fazenda Nova: limites e possibilidades no trabalho com educação ambiental. In: IX Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2017, Minas Gerais. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/2.pdf. Acesso em 02 out. 2022.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª. Ed 2002.

CARVALHO, I. C. M. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L.; ORELANA, I.; SATO, M. (Orgs.) **Textos escolhidos em Educação Ambiental de uma América à outra.** Tomo I. Montreal: ERE UQAM, 2002.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental crítica: nomes e endereços da educação. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, I. C. M.; SCHMIDT, L. A pesquisa em educação ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. **Pesquisa em Educação Ambiental.** v.3, n. 2. julho/dezembro de 2008.

CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. O. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPED, ANPPAS e EPEA). **Revista Brasileira de Educação,** v. 16, n. 46, 2011.

CASSIANO, K. F. D.; ECHEVERRÍA, A. R.; MESQUITA, N. A. S. Diretrizes internacionais de Educação Ambiental: aspectos do contexto de influência multilateral. In: II Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0193.pdf. Acesso em 02 out. 2022

COSTA, C. M. **A formação de professores na área de educação ambiental: tendências da produção científica em eventos nacionais.** Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências e Matemática) – Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 137. 2019.

D’AVILA, E. C. P.; KAPLAN, L.; LAMOSA, R. Os referenciais teórico-metodológicos nas pesquisas sobre políticas públicas de educação ambiental: articulando e aprofundando os conceitos de Estado, sociedade civil e políticas públicas. **Pesquisa em Educação Ambiental,** Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 85-105, 2020.

FARIAS, C. R. O.; CARVALHO, I. C. M.; BORGES, M. G. One decade of environmental education research in Brazil: trajectories and trends in three national scientific conferences (ANPED, ANPPAS and EPEA). **Environmental Education Research,** v. 24, n. 10, p. 1476-1489, 2017.

FERRARO JR., L. A. Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a constituição do

campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p.133-145, Jul./Dez. 2012.

GOMES, G. R. N. S.; BORDEST, S. M. L. Construção da educação ambiental em Mato Grosso. n: IV Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em:

http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR06.pdf. Acesso em: 02 nov de 2022.

KAPLAN, L. Análise crítica da política de escolas sustentáveis da CGEA/MEC e de um estudo de caso de uma escola na Baía de Sepetiba (RJ), à luz do capitalismo dependente brasileiro. In: IX Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2017, Minas Gerais. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em:

http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0263.pdf. Acesso em: 02 nov de 2022.

KAPLAN, L.; LAMOSA, R. A. C. A necessária conceituação de Estado para as pesquisas no campo das políticas de educação ambiental: contribuições das perspectivas marxistas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v.13, n.1, p. 111-130, 2018.

KAWASAKI, C. S.; MATOS, M. S.; MOTOKANE, M. T. O perfil do pesquisador em educação ambiental: elementos para um estudo sobre a constituição de um campo de pesquisa em educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 111-140, 2006.

KAWASAKI, C. S. et al. A pesquisa em educação ambiental nos EPEAs (2001- 2007): natureza dos trabalhos, contextos educacionais e focos temáticos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, 2009, p. 147-163.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+ 20. **ComCiência**, n. 136, 2012.

LAYRARGUES, P. P. Anti-ecologismo no Brasil: reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo-extrativista-predatório e a desregulação ambiental pública. **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul: EDUCS, p. 325-356, 2017.

LIMA, L. S.; MOLON, S. I. ASMUS, M. L.; LOUREIRO, C. F. B. A concepção de educação e a condução de processos participativos na gestão ambiental pública. O caso do conselho ambiental da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande do Sul). In: VI Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0089-1.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

LOPES, F. N.; CARVALHO, M. B. S. O projeto Salas Verdes no Estado de São Paulo: um estudo preliminar de Projetos Políticos Pedagógicos. In: X Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2019, Sergipe. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0056-1-B-01.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

LOUREIRO, C. F. B. O primeiro ano do GT Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd): um convite à reflexão. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 39-58, jan./jun.

2006.

MEGID NETO, J. O que sabemos sobre a pesquisa em Ensino de Ciências no nível fundamental: Tendências de teses e dissertações defendidas entre 1972 e 1995. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2., 1999, Valinhos. Anais eletrônicos... Valinhos: Sbeb, 1999.

MOLANO, J. G. S.; BARZANO, M. A. L. Aportes para una perspectiva política de la educación ambiental en los contextos escolares multiculturales de Bogotá. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/129.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

MORIMOTO, I. A. A árvore na propriedade rural - educação, legislação e política ambiental na proteção e implementação do elemento arbóreo na região de Piracicaba. In: Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr66.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

NASCIMENTO, C. M. P.; VASCONCELLOS, M. M. N.; COMPIANI, M. Para além dos discursos heróicos: um olhar sobre os debates ocorridos no contexto da rio +20. In: VII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0112-1.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

NEPOMUCENO, A. L. O.; CARDOSO, L. R.; ARAÚJO, M. I. Política estadual de educação ambiental: Lei nº 6882/2010: uma análise à luz da concepção crítica de currículo. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/12.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

NOVICKI, V. Abordagens teórico-metodológicas na pesquisa discente em educação ambiental: programas de pós-graduação em Educação do Rio de Janeiro (1981-2002). In: Reunião Anual da ANPEd, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais eletrônicos...** Poços de Caldas: ANPEd, 2003.

ORSI, C. P. O.; BONOTTO, D. M. B. A educação ambiental e a construção da cidadania: a proposta da Agenda 21 escolar. Caroline Pinto de Oliveira Orsi – Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. In: V Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2009_anais/pdfs/plenary/T07.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

PEREIRA, A. A.; SANTOS, J. R. Educação ambiental na base nacional comum curricular: inferências e apontamentos. In: X Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2019, Sergipe. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0219-1-B-01.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

QUINELATO, A. L.; LINDINO, T. T. C. Inserção da concepção de educação ambiental na construção do projeto político-pedagógico institucional no ensino superior. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em:

http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/14.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

RIBEIRO, T. P.; SANCHEZ, P. A contribuição do programa Senac Alerta por uma cidade mais limpa: uma experiência em educação ambiental não formal. In: IV Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR05.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

RINK, J.; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). **Educação em revista**, v. 25, n. 03, p. 235-263, 2009.

ROSA, V. M.; SOUSA, K. F.; SZULCZEWSKI, N. A. S.; CARVALHO, A. V.. Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente. **Natural Resources**, v.6, n.1, p.18-26, 2016. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2237-9290.2016.001.0002>

SANTANA, L. C. Pesquisa em educação ambiental e políticas públicas: apontamentos e memórias de um processo. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 9, n.1. p.156-168, 2014.

SANTANA, L. C.; LAMOSA, R. A. C. Pesquisa em Educação Ambiental e Políticas Públicas: desafios políticos e epistemológicos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v.11, n. 2, p. 105-116, 2016.

SANTOS, J. L. S.; AZEVEDO, S. C. Educação Ambiental nos Parques Nacionais Brasileiros: a distância entre a lei e a prática divulgada. In: X Encontro de Pesquisa Educação Ambiental e VII Encontro Sergipano de Educação Ambiental . 2019, Sergipe. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0130-1-B-01.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

SANTOS, J. R. AZEVEDO, L. V.; RIONDET-COSTA, D. R. T. A Política Nacional de Educação Ambiental em instituições públicas federais de ensino da região sul mineira. In: IX Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2017, Minas Gerais. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0025.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

SERRÃO; M. A.; LOUREIRO, C. F. A Educação ambiental crítica e a responsabilidade social: uma disputa entre o conflito e o consenso. In: VI Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0018-1.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

SILVA, A. C. N.; SANTANA, L. C. Pesquisa em educação ambiental e políticas públicas: processos de formulação e implementação abordados nas dissertações e teses brasileiras da área. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0056-1-B-01.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

SILVEIRA, D.; LORENZETTI, L. (2021). Estado da arte sobre a educação ambiental crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. **Praxis & Saber**, v.12, n.28,



e11609. DOI: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11609>

SPIESS, M. R.; MATTEDI, M. A. Eventos científicos: da Pirâmide Reputacional aos círculos persuasivos. **Sociedade e Estado**, v. 35, p. 441-471, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035020004>

TALAMONI, J. L. B.; MENDES, C. B. Concepções de educação ambiental de professores participantes do programa “Agronegócio na escola”: desafios à educação ambiental crítica. In: VIII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR02.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

TAMAIO, I. Sentidos de sustentabilidade na experiência dos gestores/educadores da diretoria de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente - Gestão do governo Lula (2003- 2006). In: IV Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR02.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

VASCONCELLOS, L. G. Educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás: um estudo sobre a implementação de projetos voltados para pescadores artesanais do recôncavo baiano. In: VII Encontro de Pesquisa Educação Ambiental. 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0056-1-B-01.pdf. Acesso em 03 nov. 2022.

Renata Priscila da Silva

E-mail: renata.priscila@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-9046>.

Manoel Sérgio de Oliveira Neto

E-mail: manoel_n@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3049-3913>.

Carmen Roselaine de Oliveira Farias

E-mail: crofarias@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8823-7771>.

Recebido em: 29/09/2023

Aprovado em: 22/10/2023

Publicado em: 27/10/2023